

A *RES PUBLICA* AUTONÓMICA: OS 40 ANOS EM 10 PENSADORES

por
SUSANA GOULART COSTA *

*O*s aniversários são marcos relevantes na vida de todos os seres, inclusive nos institucionais. Para estes, têm o mérito de gerar tempos de reflexão, alimentando divagações e pensamentos, balanços e projectos, críticas e propostas. Assim se integra a presente obra, publicada pelo *Núcleo Cultural da Horta* em 2016, que visa a comemoração dos 40 anos da Região Autónoma dos Açores.

Na longa História dos Açores, há um antes e um depois de 1976: este é um dos pontos convergentes dos dez autores deste volume. Também todos obedecem às regras da ciência histórica, orientando-se de acordo com as suas duas categorias: *Espaço* (o arquipélago dos Açores) e *Tempo* (o período que decorre de 1976 a 2016). As confluências terminam aqui: depois, os textos encaixam-se em três grupos: o dos analistas otimistas (Ana Luísa Luís, João Bosco Mota Amaral, Mário Fortuna e Onésimo Teotónio Almeida) e o dos críticos reformistas (Álvaro Monjardino, Carlos Pacheco Amaral, José Adelino Maltez e José Guilherme Reis Leite). A este registo dual, acrescentam ainda dois textos pedagógicos utilíssimos: uma cronologia da Autonomia Constitucional açoriana, construída por José Andrade, e um mini-dicionário histórico-político da Autonomia dos Açores, elaborado por Mário Mesquita. Esta obra constitui, pois, uma Trindade reflexiva que aborda a *Res publica* açoriana nos últimos 40 anos, sem deixar de propor renovações a equacionar nas décadas futuras por quem legal e moralmente a tal se propuser.

Esta Trindade, ainda que não Santíssima, tem o mérito de ser construída por uma variedade de pensadores de elevadíssimo mérito, muitos dos quais agentes diretos da formulação regional do pós 1976. Daqui resulta, em determinados casos, a possibilidade de apreciarmos a voz da história da Autonomia

* CHAM, Universidade dos Açores & Núcleo Cultural da Horta

na primeira pessoa, que a juventude dos seus 40 anos ainda admite. E permita-me, caro leitor, este meu desabafo também personalizado: esta *Res publica* açoriana, esta *coisa do povo* que se gere há quatro décadas, tem sido obra fundamentalmente redigida na versão masculina, quer na prática, quer na teoria: nesta *politeia* que os textos abordam, apenas um sopro feminino se faz ouvir, apesar da feminização dos substantivos *Democracia*, *República* e *Autonomia*...

1. AS LEITURAS OPTIMISTAS

Começo, portanto, por referir a narrativa de Ana Luísa Luís, que a redige na qualidade de Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Interessante o seu desabafo, ao justapor a sua história de vida com a da Autonomia, cronologicamente falando. É um texto sinóptico-reflexivo, que resume a história da Autonomia açoriana, destacando algumas reivindicações autonomistas do século XIX. Na essência, centra-se no “ser açoriano”, expressão que ocorre frequentemente no texto presidencial e que, por este fato, articula-se com a visão de Onésimo Teotónio Almeida. Este pensador discorre sobre elementos da açorianidade, procurando cruzar a Autonomia com os fenómenos culturais, na senda de Vitorino Nemésio sobre a especificidade insular, e contrapõe a tese (existência de Autonomia) à antítese (inexistência da Autonomia), para aferir das mais-valias da tese, que aguarda a sua síntese, que o autor espera com um agúrio entusiasmante.

Numa linha mais pragmática, inserem-se os textos de João Bosco Mota Amaral e Mário Fortuna. O primeiro, dedicado à valorização internacional do arquipélago, merece leitura atenta porque extrapola o conhecimento comum sobre a valorização geoestratégica das ilhas ao longo dos seus seiscentos anos e ressalta o papel insular na Democracia portuguesa, com particular destaque para a envolvimento dos Açores nas Regiões Insulares Europeias, no contexto da inclusão de Portugal na Comunidade Europeia, na década de 1980. A europeização dos Açores também marca o documento de Mário Fortuna, que apresenta uma análise lúcida sobre a evolução da economia regional no pós 1976. Fazendo a apologia do modelo económico em vigor, não deixa o autor de acautelar a necessidade de novas estratégias económicas para as ilhas, terminado o ciclo de financiamento da Base das Lajes e perante os novos desafios e crispações da globalização.

2. AS CRÍTICAS REFORMISTAS

Nos textos de Álvaro Monjardino, Carlos Pacheco Amaral, José Adelino Maltez e José Reis Leite encontramos ideias concretas para uma revitalização desta Autonomia em idade adulta. É certo que esta proposta para novas boas práticas e novas orgânicas é precedida por um diagnóstico eloquente destes autores dos “vícios” da Autonomia Constitucional vigente.

Na sequência do quadro autonomista, José Guilherme Reis Leite aponta um programa de revigoramento, que garanta a unidade insular e recuse a concentração de poderes. Muito interessante é, aliás, a relevância que este historiador concede ao poder local, revitalizando o pensamento municipalista do seu conterrâneo Luís da Silva Ribeiro (com as devidas especificidades que os tempos exigem, naturalmente). Mas este texto apresenta ainda uma outra ideia que reforça o elo com o passado histórico da Autonomia açoriana: o conceito de federalismo. Com efeito, escreve este autor: “Assim, a primeira ideia para uma revisão constitucional é precisamente acabar com a ficção de que a República Portuguesa é um Estado unitário e aceitar que as Autonomias Constitucionais são uma componente do Estado que o tornam numa qualquer forma de Estado federal”.

Esta consciencialização (cultural e, por consequência, a plasmar no campo constitucional) articula-se com o teor do artigo de José Adelino Maltez, intitulado *Eu, federalista, me confesso...* Com diversas alusões ao pensamento do filósofo Pierre-Joseph Proudhon, José Adelino Maltez apresenta a racionalidade do Federalismo como instrumento de eficácia de um Estado que gere a *Respublica*, pois “É preciso continuar a dividir para unificar. A esse método libertador, insista-se, dá-se o nome de federalismo” (sublinhado meu).

A vasta e riquíssima experiência política de Álvaro Monjardino é ilustrada no significativo título do seu contributo: *40 anos depois, o encontro com a verdade*. Questiona este pensador se o modelo autonómico em vigor é a estrutura organizacional que melhor garante o bem-estar dos açorianos, sonho este iniciado em 1974. A ausência de resposta é justificada pela existência de “bloqueios anímicos do centralismo perante a novidade institucional das autonomias, o aparentemente imparável providencialismo do poder regional e as presentes incertezas nacionais, europeias e ocidentais”. Desta forma, perante uma realidade com inúmeras fragilidades políticas, sociais e económicas, propõe Álvaro Monjardino “uma revolução cultural”. Não podemos senão concordar!

Por fim, Carlos Pacheco Amaral é o mais veemente na imprescindibilidade de uma refundação da Autonomia, propondo um novo quadro orgânico, também esboçado no texto de José Guilherme Reis Leite. Refere este filósofo que “em vez da actual Assembleia Legislativa, apostaria em duas câmaras: uma de representação territorial, um Senado das ilhas, e a outra de representação estritamente demográfica, uma Câmara de Representantes dos açorianos”. Esta alteração, segundo o autor, teria ainda que se expandir fora da Região, nomeadamente por via do “acesso do Presidente do Governo Regional ao Conselho de Ministros, sempre que se encontrem em causa matérias de interesse para os Açores” e por uma representação mais ativa dos Açores no espaço europeu, por exemplo, por via da criação de um círculo eleitoral para os Açores no quadro das eleições para o Parlamento Europeu.

3. OS INSTRUMENTOS UTILITÁRIOS

É este volume enriquecido com uma cronologia, de autoria de José Andrade. Esta ferramenta profícua começa nos antecedentes do verão quente de 1976, quando se formaliza o quadro político deliberativo e executivo da Região Autónoma dos Açores: 27 de junho, data das primeiras eleições para a Assembleia Regional dos Açores; 4 de Setembro, em que a Assembleia Regional dos Açores é oficialmente inaugurada pelo Presidente da República; e 8 de Setembro, quando toma posse o I Governo da Região Autónoma dos Açores.

Por fim, destaque-se o mini-dicionário de Mário Mesquita: entre *Iberismo*, *Bastardia* ou *Separatismo*, encontra o leitor muito mais do que uma informação sumária do conceito contextualizado, sendo possível articular as entradas enciclopédicas entre si. Neste dicionário, faz-se uma viagem no tempo, deambulando o leitor entre o século XVII e a atualidade, numa leitura dispar, mas coerente, que possibilita uma outra análise do processo autonómico.

A leitura da colectânea dos dez autores permite um novo olhar sobre a *Res publica* autonómica, o qual valoriza as respetivas fragilidades e potencialidades. A revitalização da Autonomia, por via de um suporte cultural que depois se espalhará nos demais campos dos pensamentos e das praxis jurídica, política, social e económica será a missão *publica* do século XXI, de forma a dignificar a sua *Res*. Este é, por ora, o meu entendimento. Outros terão a liberdade de discordar. Foi por isto que se batalhou a 25 de abril... data mãe da Autonomia Constitucional.